



A GEOGRAFIA QUE SE ENSINA EM SALA DE AULA: EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL¹

Ricardo Santos de Almeida

Mestre em Geografia na Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE
<ricardosantosal@gmail.com>

Gildo Saturnino dos Santos

Licenciando em Geografia da UFAL/UAB Campus Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios/
AL
<gsartunino@gmail.com>

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa no curso Geografia em Licenciatura na modalidade de ensino a distância - EaD e foi realizada ao longo de seis semanas em uma escola pública municipal de Palmeira dos Índios no estado de Alagoas e objetivou-se por compreender a prática docente, a interação e a aprendizagem dos estudantes. Foram observados itens referentes aos componentes essenciais dentro da sala de aula, sendo eles: método de avaliação, livro didático e metodologia. Avaliação aqui é entendida como uma situação positiva de aprendizagem tanto para o estudante, como para aquele que no papel de mediador, pois oportuniza condições para que por meio do procedimento avaliativo ocorra uma aprendizagem significativa no âmbito do ensino básico. Para tal, debruçamo-nos nas discussões e consubstanciados teoricamente em Beltrame e Moura (2009), Libâneo (1992, 2006), Marques (2008), Melo e Urbanetz (2008) e Sgarbi (2016). Centramos nossas análises que se permeiam por revalorizar no processo de ensino-aprendizagem em que estudantes e docentes sejam protagonistas do processo educativo por meio de processos avaliativos diversos.

Palavras-chave: Ensino e aprendizagem. Metodologia. Currículo.

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
ISSNe 2359-1870, v. 6, n. 9, maio 2019 ©.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Todos os direitos reservados.

LA GEOGRAFÍA QUE SE ENSEÑA EN SALA DE CLASE: EXPERIENCIA EN UNA ESCUELA PÚBLICA MUNICIPAL DE PALMA DE LOS ÍNDIOS/AL

Resumen: Este artículo es el resultado de una investigación en el curso de la geografía en grado en la distancia Learning-EaD y se llevó a cabo durante seis semanas en una escuela pública de Palmeira dos indios en el estado de Alagoas y fue dirigido a Entender la práctica docente, la interacción y el aprendizaje de los alumnos. Se observaron elementos referentes a los componentes esenciales dentro del aula, incluyendo: método de evaluación, libro de texto y metodología. La evaluación aquí se entiende como una situación de aprendizaje positiva tanto para el estudiante como para quien en el papel de mediador, porque da la oportunidad de tener un proceso de aprendizaje significativo a través del procedimiento evaluativo en el contexto de Educación básica. Con este fin, nos centramos en las discusiones y teóricamente fundamentadas en Beltrame y Moura (2009), Libcutáneo (1992, 2006), Marques (2008), Melo y Urbanetz (2008) y Sgarbi (2016). Enfocamos nuestros análisis que se impregnan de revalorización en el proceso de enseñanza-aprendizaje en el que estudiantes y profesores son protagonistas del proceso educativo a través de diversos procesos evaluativos.

Palabras clave: Enseñanza y aprendizaje. Metodología. Plan de estudios.

THE GEOGRAPHY THAT ENDS IN CLASSROOM: EXPERIENCE IN A MUNICIPAL PUBLIC SCHOOL OF PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Abstract: This article is the result of a research in the course geography in degree in distance learning-EaD and was carried out over six weeks in a public school of Palmeira dos Indians in the state of Alagoas and was aimed at To understand the teaching practice, the interaction and the learning of the students. Items referring to the essential components within the classroom were observed, including: Evaluation method, textbook and methodology. Evaluation here is understood as a positive learning situation both for the student and for the one who in the role of mediator, because it gives opportunity to have a meaningful learning process through the evaluative procedure in the context of Basic education. To this end, we focus on discussions and theoretically substantiated in Beltrame and Moura (2009), Libtaneous (1992, 2006), Marques (2008), Melo and Urbanetz (2008) and Sgarbi (2016). We focus our analyses that permeate themselves by revaluing in the teaching-learning process in which students and professors are protagonists of the educational process through various evaluative processes.

Keywords: Teaching and learning. Methodology. Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

Buscou-se com este estudo discutir itens importantes referentes ao ensino-aprendizagem e especificamente analisar e compreender como acontece o processo de interação e aprendizagem do discente na sala de aula, a fim de perceber quais são as potencialidades e dificuldades enfrentadas no ato de sua práxis pedagógica.

A utilização de recursos didáticos e tecnológicos no ensino de Geografia é de fundamental importância, pois as discussões que permeiam os estudos geográficos o estudante pode desenvolver o seu senso de localização, assim como compreender as dinâmicas socioespaciais existentes ao seu entorno, desenvolvendo sua identidade individual e coletiva, estimulando em sua consciência espacial a cidadania.

Para a realização deste estudo fez-se necessária a observação de um espaço escolar. A roteirização deste procedimento se perpassou por: autorização da instituição para a realização da pesquisa, registros fotográficos do prédio e das ações desenvolvidas em salas de aula, a consulta a dados e informações sobre os profissionais que trabalham na escola, bem como os dados sobre o quantitativo dos estudantes da escola pública localizada no município Palmeira dos Índios/AL para perceber a continuidade dos métodos tradicionais ainda adotados no processo de ensino-aprendizagem na instituição, embora haja escolas na atualidade que estejam gradualmente inseridas na lógica das novas tecnologias a partir da existência e operacionalidade de laboratórios de informática, salas de vídeo contendo aparelhos de TV, DVD players, antenas parabólicas, notebooks dentre outros, assim como na existência de uma equipe de coordenação pedagógica empenhada em auxiliar os docentes com métodos mais ativos em salas de aula.

Apesar deste aparato, se observou que não há o uso das novas tecnologias, o que prova que disponibilizar essas tecnologias na escola não é suficiente, ou seja, a mudança da forma de ensino vai além do docente, a mudança deve ser do governo, das famílias, do conselho escolar, do diretor e dos discentes, todos devem se envolver em um esforço pelas mudanças dentro da escola (TORRES, 2019).

2 O CAMINHO DA PESQUISA

Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro para observação da sala de aula considerando-se a análise dos conteúdos, recursos didáticos e avaliação centrada no ensino da Geografia nas turmas do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental II.

Observamos como acontece a avaliação formativa a partir da participação do pesquisador, nas aulas de Geografia, conversas com o docente direcionadas às formas de avaliação e os resultados que ele tem percebido em sala de aula. Foram também registradas as aulas com fotografias, aquisição de cópias das atividades e análises das avaliações qualitativas e quantitativas. Para análise do livro didático foram pesquisadas fontes documentais como a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Geografia de 1997, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, os planos de aulas, e leituras realizadas dos livros didáticos adotados pela escola e a observação do docente ministrando aulas.

3 O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS NO BRASIL

O ensino de Geografia passou a fazer parte do currículo oficial do ensino primário no Brasil a partir promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário e a Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946, conhecida como Reforma Capanema (MARQUES, 2008).

Em 1946, a Geografia fazia parte do modelo de escolaridade onde os conteúdos geográficos eram estudados em textos dos livros didáticos que os docentes selecionavam. Os dados geográficos eram apresentados de forma descritiva, com a predominância do enciclopedismo e da descontextualização.

No passado o ensino de Geografia não integrava diretamente os conteúdos das escolas de primeiras letras². O ensino de geografia no Brasil foi fortemente influenciado pela reforma Capanema que foi responsável pela inserção desse ensino no currículo oficial no país, e desde

2

No ano de 1826, volta-se a discussão a respeito do ensino público, a proposta é uma organização do ensino dividido em quatro graus: O Primeiro responsável pelas pedagogias, deveria se voltar para todos independentemente da situação social ou profissão, deveria ensinar o letramento, princípios fundamentais de aritmética, conhecimentos morais, físicos e econômicos, enfim quesitos indispensáveis para o trabalho; O segundo sob a responsabilidade dos liceus, estaria voltado para a formação profissional, voltados principalmente para a agricultura, a arte e o comércio, ou seja, as principais fontes de riquezas do império; O terceiro, os ginásios era o mesmo que o ensino das ciências proposto pela já mencionada Memória de Martim Francisco, deveria ser composto pelo “[...] estudo das faculdades e operações do entendimento, da gramática geral, da retórica, das línguas mortas e vivas, dos diversos modos de escritura[...]” (SAVIANI 2010; 125); O quarto, e último, pelas academias, abrangia o estudo das ciências: matemáticas, físicas, da saúde dos homens e dos animais, militares e navais. Mas o fato é que estas reformas também não chegaram a entrar em discussão apesar de sinalizar uma proposta que visava modernizar o ensino. Fonte: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Escolas de primeiras letras.** Disponível em: <<https://sites.google.com/site/historiadaeducacaonobr/escolas-de-primeiras-letras>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

então, com o aprofundamento das discussões, a reestruturação curricular da educação e o ensino de geografia foram ao encontro das necessidades de assimilação de conhecimentos úteis para a vida em sociedade.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, que foi concretizada somente com a Lei n. 5692/71, cujo intuito era alinhar o sistema educacional conforme os moldes políticos da época, a Geografia foi suprimida como disciplina, assim como a História, a tornarem-se uma área de ensino denominada Estudos Sociais por ambas as disciplinas permitirem um viés crítico dentro dos conteúdos, conceitos e temas que seus objetos de estudo (Geografia – espaço; História – tempo) buscam elucidar e que são contrárias aos objetivos políticos e ideológicos da época. Buscando uma disciplina que se adéqua ao sistema de governo da época, foi criada a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os graus de ensino. Segundo Marques (2008, p. 205)

Com a reforma da LDB em 1971, foi introduzida a matéria Estudos Sociais no currículo das escolas primárias visando à substituição de geografia e história. A implantação da disciplina Estudos Sociais, somada ao ensino da EMC, acarretou muitos problemas que podem ser detectados na escola de base ainda hoje.

Pode-se concluir que o ensino de Geografia nas séries iniciais apresentou alguns problemas que foram herdados ou reforçados no período de regime militar por meio da implantação dos Estudos Sociais. Um dos principais foi o ensino de Geografia a partir de Círculos Concêntricos, e vinculada ao civismo e às datas comemorativas. Entre as décadas de 1970 a 1980 os processos variados de ensino-aprendizagem estavam centrados em evitar o desenvolvimento de estudantes pensantes que no futuro pudessem ser cidadãos críticos da realidade. Neste sentido, o ensino foi muito prejudicado permitindo a persistência de males educacionais até aos dias de hoje. Não é difícil perceber que o interesse por parte dos discentes se dá mais nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática que durante muito tempo eram tidas como as que mais reprovavam.

Nos meados da década de 1970, intensificam-se os movimentos sociais para que se restabeleça a democracia no país. Nesse período, também aumentam de forma extraordinária as discussões relacionadas à educação de forma geral e especificamente com relação à Geografia. Essa época foi marcada como um período que as teorias críticas ficam em maior evidência. O Movimento de Renovação Geográfica, que já vinha sendo gestado lentamente, nesse período toma corpo e as teorias críticas ganham impulso tanto na Geografia como na Pedagogia.

Na década de 1980, com a redemocratização do país, foram apresentadas propostas para romper com as práticas antigas relacionadas ao ensino de Geografia nessas séries. Ou ainda, como alguns problemas foram minimizados a partir de mudanças na área educacional que reconsideraram a existência das disciplinas Geografia e História ofertadas separadamente nos currículos educacionais a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

Nas últimas décadas duas questões precisam ser destacadas pela sua importância centradas na prática de ensino dos docentes de Geografia. Quanto aos aspectos pedagógico-didáticos das propostas de ensino de Geografia persiste a crença, explicativa ou não, de que para ensinar nos basta o conhecimento sobre o conteúdo da disciplina e socializá-la criticamente. Assim, podemos afirmar que o ensino de Geografia deve contribuir para a formação de cidadãos críticos e participativos. Para tal, fez-se necessário que o docente se debruce pelas discussões contextualizadas com a realidade da comunidade escolar, assim como permita-se utilizar variadas metodologias ativas para que sejam exitosas as práticas docentes.

A partir da década de 1980 há um esforço coletivo para as transformações nos métodos de ensinar, levando em consideração aspectos importantes como a relação dos conteúdos com a vida dos discentes, desencadeando em novas perspectivas de ensino. Neste sentido, buscou-se um novo entendimento e uma abertura para a formação continuada do docente, visto que a ciência geográfica é mutável bem como todo o espaço e seu objeto de estudo, o docente estará sempre se aperfeiçoando para alcançar objetivo de formar cidadãos mais críticos.

4 A ESCOLA E A SALA DE AULA: A GEOGRAFIA QUE SE ENSINA

Aqui é demonstrado como acontece o cotidiano da sala de aula nas turmas do 6º aos 9º anos da escola pesquisada na disciplina Geografia, no período de seis semanas de pesquisas em uma escola pública municipal no município de Palmeira dos Índios no estado de Alagoas.

Um dos aspectos observados foram as boas condições de estrutura de toda a escola, especialmente a da sala de aula e espaço de lazer, áreas que tem maior relevância na qualidade do aprendizado dos discentes, na figura 1 se verifica que as salas são adequadas e comportam os 43 discentes de forma satisfatória, dando-lhes condições para a realização dos estudos por serem arejadas, com ventiladores pouco barulhentos, assim como mesas, carteiras e quadro branco que permite uma melhor visibilidade dos conteúdos escritos no quadro.

Figura 1 - Espaço da sala de aula - Escola Municipal pesquisada.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

A tomada de consciência sobre o processo de formação de cidadãos requer aos docentes da Geografia um exercício constante que permita aos discentes, no processo de ensino-aprendizagem, a construção contínua do saber-pensar o espaço que “pode ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos” (LACOSTE, 1988, p.256).

Podemos aqui refletir que a sala de aula é um grande potencial, no caso observado verifica-se que a sala daria para organizar as mesas e cadeiras em forma de círculo melhorando a interação das crianças e docente, aproveitando o espaço disponível, numa ação que poderia proporcionar uma melhor qualidade no ensino e aprendizado.

Para Beltrame e Moura (2009) outro fator que pode interferir no desenvolvimento didático dos discentes são as condições ambientais da sala de aula: acústica, temperatura, insolação, ventilação e luminosidade, às quais podem refletir em fatores tão diversos como a sociabilidade dos usuários, seu desempenho acadêmico e mesmo em sua saúde. As salas de aula também devem ser limpas com regularidade, propiciando ao usuário bem-estar.

Podemos verificar que a sala de aula contribui de forma qualitativa para o nível de aprendizagem dos discentes, essa realidade foi verificada em conversas com os eles. O

entrevistado B coloca que “a sala de aula é boa e confortável e por isso eu aprendo mais, eu já estudei em outra escola e era ruim, fazia calor, não conseguia fazer meu trabalho”.

Figuras 2 e 3 - Estrutura da Escola Municipal pesquisada.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Podemos assim afirmar que a escola dispõe de boas condições de estruturas para se ensinar, foram observados refeitório, cozinha, banheiros, corredores, pátio, quadra, sala de leitura, auditório e área verde, estacionamento, e o que chama a atenção é a adaptação para as crianças com deficiência, sendo a escola toda preparada para atender este público, garantido acessibilidade de fato, dispondo também de funcionários específicos para cuidar das crianças, tendo equipamentos e materiais específicos como são perceptíveis nas figuras 2 e 3.

5 AVALIAÇÃO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Avaliação é entendida como uma situação positiva de aprendizagem tanto para o discente, como para aquele que no papel de mediador, oportuniza condições para que por meio do procedimento avaliativo ocorra a aquisição do conhecimento de forma significativa no âmbito do ensino básico. Para Sgarbi (2016), o currículo e avaliação são “farinha do mesmo saco”, ou seja, a avaliação e currículo têm relações íntimas, não se separam, pois os debates devem trilhar o caminho de que as discussões curriculares se desenvolvem nas salas de aula dando origem a um processo de avaliação, ou seja, avaliação é parte integrante do currículo, na medida em que a ele se incorpora como uma das etapas do processo pedagógico.

Nesta situação, foi possível verificar que a escola dispõe e utiliza o Projeto Político Pedagógico (PPP), no qual foi possível verificar que a disciplina de Geografia é pensada, a

partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sendo assim utilizado pela docente do 6º ano A.

Ainda, é apontado que a avaliação da aprendizagem, dos processos de elaboração curricular, nos remete a repensar nossas práticas, pois existem relações entre avaliadores e avaliados, jogos de poder, cargas afetivas existentes nas variadas práticas avaliativas. A questão curricular, como muitas outras que perpassam a educação – e as que perpassam outras atividades da vida social –, é não apenas complexa, mas também muito complicada, segundo Sgarbi (2016) existe uma “pluralidade de temáticas” que caracteriza essa área de estudos, que “exige que a definição do campo do currículo supere questões de natureza epistemológica”.

A avaliação escolar é um dos termômetros que viabilizam a confirmação da explanação dos conteúdos desenvolvidos no âmbito educacional em sala de aula pelo docente e nesta estão inseridas as lógicas que permeiam todos os métodos, modos e técnicas necessários ao desenvolvimento do aprendizado do estudante, o tornando um cidadão crítico sobre a realidade vivida. Deve-se levar em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos observando-se também o comportamento, a participação nas aulas, debates e seminários, permitindo um melhor aproveitamento daquilo que o estudante compreende sobre um determinado conteúdo.

O ato de avaliar é de responsabilidade tanto do docente como do estudante, pois ambos estão envolvidos num contínuo processo em que ambos aprendem constantemente em função de aprofundarem-se em discussões relevantes, cabendo-lhes ir além de tirar notas boas ou não, mas ultrapassar o aspecto meramente quantitativo que se perpassa pelas estruturas e políticas educacionais vigentes dentro do sistema de educação atual, mas cabendo-lhes dar mais importância e a relevância dos temas debatidos e aprendidos para a vida toda.

Para discutirmos a avaliação do ensino e da aprendizagem, segundo a coordenação pedagógica da escola observada, é levada em consideração a portaria da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC) n. 1.325/2016 que recomenda a diversidade de avaliações existentes no processo de ensino-aprendizado valorizando os múltiplos aprendizados dos estudantes consubstanciados dos conhecimentos socializados em sala de aula nas diversas disciplinas. Segundo a portaria do SEDUC n. 1.325/2016:

Parágrafo Único - A avaliação deve ser Formativa, Mediadora, Participativa, Emancipatória, Inclusiva e Democrática, norteada pela Proposta Pedagógica da Escola, proporcionando informações necessárias para as devidas intervenções e reflexões sobre os dados identificados sem, no entanto, considerá-los conclusivos e sim processuais.

No § 1º a escolha dos instrumentos e estratégias da SEDUC, a avaliação deve estar de acordo com a finalidade e limitação que cada instrumento comporta, portanto, se faz necessário utilizar instrumentos diversos e adequados que contribuam no processo de aprendizagem.

É recomendável que o docente utilize, no mínimo, dois instrumentos avaliativos sem repetição ao longo do bimestre, podendo ser instrumentos de avaliação a observação, pesquisa, debate, painel, seminário, auto avaliação e a prova. Destes itens de avaliação, ao longo da pesquisa foram observados alguns instrumentos, como a aplicação de prova, trabalho com debate e seminário.

6 A PROVA

A prova também pode ser uma avaliação, um teste ou um exame que se faz para que alguém demonstre os seus conhecimentos e as suas competências, a prova é a ação e o efeito de provar - fazer um exame ou uma experiência das qualidades de alguém ou de algo (USP, 2019).

Portanto, as provas são ensaios que se fazem para saber como será/ficará algo na sua forma definitiva, ou os argumentos e os meios que pretendem demonstrar a veracidade ou a falsidade de algo, foi observado ao longo da pesquisa que os discentes ainda se detêm apenas à ideia de que as provas são chatas e que não tem muita utilidade, os discentes apenas decoram as questões e pronto. Podemos afirmar que as provas são importantes ferramentas para a preparação futura dos aprendizes, pois ao terminar o ensino médio, irão enfrentar o Exame Nacional do Ensino Médio e concursos que irão garantir sua formação e qualificação profissional.

7 OS TRABALHOS COM DEBATE

A docente passou um trabalho de colação de figuras sobre os biomas brasileiros e após este trabalho foram discutidos sobre os biomas, além da exposição de vídeos e material escrito no quadro acerca do tema. Nas figuras 4 e 5 observamos os resultados dos trabalhos de grupo, que os estudantes participaram de forma efetiva.

Figuras 4 e 5 – Trabalho de grupo - Finalidade de avaliação



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

8 OS SEMINÁRIOS

Os seminários são instrumentos que permitem debates abertos e em grupos, com os conteúdos ficando mais evidentes, pois as apresentações expositivas acabam sendo lúdicas, facilitando tanto a exposição dos materiais realizados pelos docentes quanto as apresentações realizadas pelos discentes, a fim avaliativo. É preciso que neste processo o docente busque uma iniciativa pedagógica participativa, encaminhe o processo avaliativo de forma dialógica, assim, podendo-se ter resultados importantes na construção e reconstrução do processo ensino-aprendizagem.

Muitas destas práticas ficam apenas no imaginário do docente, isso acontece porque muitas escolas não estão abertas para estas mudanças, “evidentemente tais tendências se manifestam, concretamente, nas práticas escolares e no ideário pedagógico de muitos docentes, ainda que estes não se deem conta dessa influência (LIBÂNEO, 2006, p. 21)”. Nas figuras 6 e 7 podemos verificar a apresentação de um seminário realizado na turma do 6º ano, este organizado e planejado pela docente (os conteúdos a serem explorados e os critérios de avaliação, assim como, o uso dos recurso didáticos para o seminário), sendo apresentado pelos estudantes que também pesquisaram e trouxeram recursos tecnológicos para abordar sobre os Biomas do Brasil e do Mundo, fazendo jus as orientações da educadora.

Figuras 6 e 7 – Apresentação de seminário com tema: Biomas no Mundo e do Brasil.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

As atividades como os seminários, podem ajudar os discentes no futuro, no que se refere à oratória, além de poderem expressar suas ideias e pensamentos consubstanciados em leituras e discussões variadas dando-lhes autonomia para se posicionar criticamente sobre o espaço em que vivem.

Acredita-se que merece significativa atenção a reflexão sobre as contribuições que algumas práticas e procedimentos avaliativos podem oferecer como instrumento formativo para aqueles que, por meio do fazer docente, pensam nas ações avaliativas como instrumento integrador que inclui. Percebe-se, então, a importância do uso do seminário como uma prática avaliativa que possibilita examinar de forma positiva e significativa o desempenho de aprendizagem proposto no contexto da sala de aula no ensino básico. A partir de uma dinâmica bem elaborada, a utilização do seminário contribui para a construção positiva do processo ensino-aprendizagem.

9 DISCUTINDO A METODOLOGIA EM SALA DE AULA

A metodologia do docente de Geografia em salas de aula nas turmas do Ensino Fundamental II acompanhadas eram centradas na realização de atividades que levassem em consideração a prova, os debates e seminários como instrumentos avaliativos consubstanciados nos conceitos e temas contidos no currículo da Geografia socializados nas

aulas expositivas dialogadas em que os estudantes se fizeram participantes ao longo de todo o processo.

Quando se trabalha com discentes do Fundamental II, e principalmente no 6º ano, o controle da sala de aula é o ponto crucial para o bom aprendizado e desenvolvimento dos mesmos, e neste sentido a docente em questão dava conta de suas atribuições, conseguindo assim trabalhar o conteúdo, usando atividades criativas como desenho, trabalho em equipe, usando videoaulas, entre outros métodos, para que pudesse, diante dos desafios enfrentados, tais como, conversas paralelas, desmotivação dos estudantes ou mesmo as metodologias ativas que eram desconhecidas, tornando-se obstáculos para aprendizagem. Assim, a professora tem um papel importante de promover o conhecimento da cultura local. Para Libâneo (1992, p. 51)

A escola é mediadora entre o aluno e o mundo da cultura e cumpre esse papel pelo processo de transmissão e assimilação crítica dos conhecimentos, inseridos no movimento da prática social concreta dos homens, que é objetiva e histórica.” E é neste contexto que se faz necessário que o professor aprenda a abordar todos os aspectos, ligações e mediações inerentes à ação pedagógica, e assim com o desenvolvimento de suas atividades docentes introduzirem a dimensão da prática histórica - crítica no processo da construção do conhecimento.

A professora mostrava-se sempre bem preparada para desenvolver o seu trabalho e tinha o domínio do assunto a ser mediado em sala de aula, onde expressava de forma fácil, permitindo aos estudantes a compreensão sobre os conteúdos trabalhados. Embora, em alguns momentos tinha que lidar com as dificuldades supracitadas, cujas dificuldades eram obstáculos ao processo de assimilação conhecimento. Por outro lado, a professora tinha a postura de estimular e motivar a interação dialógica da turma para que o conhecimento fosse adquirido por todos e não apenas por aqueles mais atenciosos.

Sabemos que o docente é um ator principal e essencial no desenvolvimento humano, mas que precisa, sem dúvidas, de outros atores que trilhem novos caminhos, pois os saberes são reconstruídos constantemente, na relação dialógica que perpassa pela gestão, coordenação, estudantes e a comunidade escolar como um todo.

10 REFLEXÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

Uma das maiores preocupações ao se fazer um estudo sobre utilização do livro didático refere-se à como ele tem sido aproveitado nas aulas, ou seja, como ele tem se apresentado como apoio aos meios pedagógicos para a aprendizagem dos discentes. É preciso

salientar que o livro didático tem passado historicamente por significativas mudanças. Para atender às diferentes metodologias de ensino, sua aquisição nas escolas públicas do Brasil, são destaques. Notadamente por meio de programas lançados pelo Governo Federal, como por exemplo, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

Como ressalta os Parâmetros Curriculares Nacionais, independentemente da perspectiva geográfica, a maneira mais comum de ensinar Geografia tem sido por meio do discurso do docente ou do livro didático.

Este discurso sempre parte de alguma noção ou conceito-chave e versa sobre algum fenômeno social, cultural ou natural, descrito e explicado de forma descontextualizada do lugar em que se encontra inserido. Após a exposição, ou trabalho de leitura, o professor avalia, mediante exercícios de memorização, se os alunos aprenderam o conteúdo (PCN's, 1998, p. 29).

Fazer uma discussão sobre livro didático envolve uma gama de fatores, o que implica em realizar uma análise profunda quanto aos variados acontecimentos históricos da sociedade. Então, é preciso entender como se ocorre a seleção do livro didático e que motivos são relevantes para que ele seja um suporte que irá auxiliar ao ensino-aprendizagem.

Adentrando a discussão sobre critérios de seleção de livros didáticos, que nesse caso se refere à disciplina de Geografia, é preciso, primeiramente, que o docente seja participante desta seleção na escola. Desta forma, ele poderá analisar o material que atende especialmente às necessidades de aprendizagem dos estudantes conforme o seu contexto cultural.

Os livros didáticos não são iguais, mesmo quando tratam de assuntos semelhantes. Na seleção dos livros, é interessante observar a linguagem, o conteúdo e os exercícios que melhor atendem às necessidades dos discentes. O grupo de docentes de Geografia na tarefa de selecionar o livro didático necessita organizar critérios específicos para atender ao que os discentes necessitam obter como aprendizado na disciplina. Para isso, os docentes precisam dominar não só os assuntos, mas também em que os discentes têm apresentado maiores dificuldades, para que o livro didático possa ser um instrumento que poderá auxiliar o discente e o docente nas aulas.

Ao ser selecionado o livro didático (ver figura 8) pelo docente, este deve considerar os aspectos geográficos da sua região, observando-se, também a linguagem utilizada, as imagens contidas, os mapas para que não sejam apenas meras ilustrações, mas que sejam artefatos pedagógicos que permeiem a compreensão da realidade local em que se vive, assim como a global, bem como contenham atividades desafiadoras para os discentes se

debruçarem para além da teoria trabalhada, sendo assim protagonistas da produção do conhecimento.

Figura 8 – Capas dos livros adotados nas turmas do 6º aos 9º anos na escola.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Em entrevista com a docente de geografia, ela afirma que acontece encontros e consultas para escolha do livro didático, porém acaba sendo um evento, pois todos os anos o livro disponibilizado para se trabalhar nunca é o que os docentes escolheram, embora exista uma orientação nacional a respeito da escolha que infelizmente não é respeitada pela gestão pública.

Como são escolhidos os livros didáticos que vão para a escola? Os materiais distribuídos pelo MEC às escolas públicas de educação básica do país são escolhidos pelas escolas, desde que inscritos no PNLD e aprovados em avaliações pedagógicas, hoje realizadas em parceria com universidades públicas em todo o país (PNLD, 2007).

Na avaliação do livro didático do 6º ano do Fundamental II pôde-se observar que a coleção adota como referências teórico-metodológicas as obras dos geógrafos Milton Santos, David Harvey e Georges Bertrand. A organização dos conteúdos permite uma leitura dinâmica por meio do texto-base e de diferentes seções complementares, ilustrações e atividades que instigam a curiosidade dos discentes e favorecem o processo ensino e aprendizagem. Os textos não são extensos, são bem redigidos e ordenados para facilitar a compreensão dos conteúdos, tendo conceitos básicos como ponto de partida. As diferentes seções permitem o aprofundamento dos conteúdos e favorecem a correlação de vários aspectos com a temática proposta.

Deste modo, a forma como o livro está organizado, sugere-nos repensar o ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental, na atualidade, é uma tarefa que requer cuidados e acima de tudo responsabilidade. Devemos ressaltar que, para que haja mudanças no método de ensino da geografia, é preciso também uma parceira, como abordam Melo e Urbanetz (2008, p. 91), “[...] na escola, cabe ao professor repensar sua prática no coletivo institucional, da comunidade, entendendo a educação como um compromisso de todos”.

Vale destacar que todos e todas têm obrigação em colaborar com um ensino-aprendizagem de qualidade, abrindo inúmeras possibilidades voltadas para o desenvolvimento de um bom trabalho educacional, principalmente para as crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental que estão começando a desenvolver suas habilidades de aprendizagem.

Para as mudanças no ensino e aprendizagem foram experimentados algumas ferramentas pedagógicas que auxiliam no ensino com uma visão holística, temos, por exemplo, o livro didático que tem acompanhado a Educação aos longos dos anos, sendo importante, pois nos permite dar veracidade aos conhecimentos gerados, mas não deve ser

apenas este instrumento utilizado em sala de aula, outros como seminários, elaboração de músicas, poemas, visitas de campo e uso de *games* no processo de ensino e aprendizagem deve ser valorizada.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de ações que viabilizem um repensar sobre o ensino e a aprendizagem em sala de aula a partir da valorização da realidade da comunidade escolar permite ao estudante e aos docentes uma contínua construção do espaço cidadão. As estratégias utilizadas na escola pesquisada permitem-nos compreender que os espaços escolares, sobretudo o analisado deve ser permeados por pela legislação, que viabiliza uma multiplicidade de alternativas avaliativas que buscam valorizar os saberes cotidianos relacionados aos conteúdos norteados pelo currículo estabelecido pelo Referencial Curricular estadual seguido pela escola.

Para o êxito das relações estabelecidas no processo avaliativo, a atuação do docente é muito importante, pois deve permitir que o estudante seja ativo no processo, cabendo-lhe agir como um orientador o conduzindo a pesquisas que possam contribuir na construção de seus próprios conhecimentos consubstanciados numa leitura do espaço geográfico vivido, cujo intuito lhe permita refletir sobre o presente à luz de uma contribuição para o futuro, reafirmando a condição de contínuo aprendiz que o docente e o estudante devem apreender.

Nesta incursão no espaço escolar foi possível verificar que o exercício profissional docente não é uma tarefa fácil, pois se exige muito deste profissional, o qual tem um papel fundamental no processo de formação dos estudantes, e que a escola, quando é participativa e colaborativa, tende a possibilitar as ações pedagógicas mais atrativas e prazerosas tanto para quem ensina quanto para quem aprende.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 29 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em 05 out. 2016.

BELTRAME, Mauria Bontorin; MOURA, Graziella Ribeiro Soares. Edificações escolares: infraestrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar. **Travessias**.

Cascavel-PR, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3378>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Escolas de primeiras letras**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/historiadaeducacaonobr/escolas-de-primeiras-letras>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO. **Livro didático**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em 05 out. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **A Democracia da Escola Pública**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papius, 1988.

MARQUES, Valéria. Reflexão sobre o ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental. In: **Simpósio de Geografia**, 1. Rio Claro, SP, 2008. Anais do Simpósio de Geografia. Rio Claro, SP, 2008.-

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Fundamentos de Didática**. Curitiba: Ibpx, 2008.

SGARBI, Paulo. **Avaliação do currículo no cotidiano**. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss2articles/sgarbi.pdf>>. Acesso em 07 out. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Portaria SEDUC n. 1.325/2016**. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao-1/portarias/2016/portaria-seduc-no-1.325-2016/Port_1.325_2016_SISTEMATICA%20DE%20AVALIACaO%202016%20PDF.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.

TORRES, Leonor Lima. **Cultura organizacional no contexto escolar: o regresso à escola como desafio na reconstrução de um modelo teórico**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n49/29240.pdf> Acesso em 15 de fev. de 2019.

USP. **Avaliar para evoluir**. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/especial/avaliacaodocente/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.